



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**70ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1  
2  
3 A septuagésima reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no auditório  
4 do CAFF Porto Alegre-RS, no dia treze de março do ano de dois mil e treze, as quatorze  
5 horas e trinta minutos. **Compareceram** os conselheiros: Thiago Krebs, Secretária de Estado  
6 - SEMA – Presidência; José Carlos Mendel, SOP – vice-presidência - representante; José  
7 Luis Barbosa, Secretaria dos Transportes – SEINFRA - representante; Julce Clara da Silva,  
8 Secretaria da Saúde – representante; Marco Aurélio Franceschi, SEDAI – representante;  
9 Valmir Rosa Silveira, Secretaria dos Transportes, SEINFRA – representante; Carlos Alberto  
10 Prade, Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - CIENTEC –  
11 representante; Luciane Peratita, Secretaria para Assuntos da Casa Civil – representante;  
12 Mirela Garaventa, Sistema Nacional de Recursos Hídricos - titular; Teresinha Guerra,  
13 Comitê do Lago Guaíba, titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã, titular; Luis Augusto de  
14 Almeida Pérsigo, Comitê Ijuí, titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – titular; Paulo  
15 Robinson Samuel, Comitê Gravataí, suplente; Adilson João Steffen, Comitê Turvo, titular.  
16 **Ausentes:** Secretaria da Agricultura – SEAPA, Secretaria do Planejamento – SEPLAG.  
17 **Ausência Justificada:** Tarso Isaia – Sistema Nacional de Meio Ambiente. **Demais:** Tânia  
18 Zoppas, Comitê Cai; Ivo Mello, Comitê Ibicuí; Mário Damé, Comitê **Baixo** Jacuí; Camila  
19 Reis Oliveira – CIENTEC; Ricardo Almeida – CORSAN; Camila Chaiben – CORSAN; Fátima  
20 Warth – CORSAN; Mário Luiz Rangel – CORSAN; Eldo Frantz Costa – Comitê Santa Maria;  
21 Arno Kayser – Comitê Sinos; Guilherme Barbosa – SEHABS; Elaine Oliveira Santos  
22 DRH/SEMA; Patrícia Moreira Cardoso – CRH/SEMA; Margarete Willers Bremm; Carmem  
23 Silveira da Silva; Lourenço Corrêa, Secretaria Executiva do CRH/SEMA. **Presidente Thiago**  
24 **Krebs:** abriu a reunião saudando a todos e repassou o pedido de desculpas do Secretário  
25 Helio Corbellini que não pode estar presente, tendo em vista o falecimento da Secretária  
26 Márcia Santana, da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres que está sendo  
27 velada agora no Palácio Piratini. **Comunicações – Lourenço Corrêa – Secretário**  
28 **Executivo do CRH:** boa tarde a todos, temos um informe do Fórum Gaúchos dos Comitês,  
29 uma moção sugerindo que: *Análise da vulnerabilidade e respectivos planos de adaptação às*  
30 *mudanças climáticas sejam incluídos como instrumentos de gestão nas bacias hidrográficas,*  
31 *que estas façam parte ou interajam com os planos de bacia. A respeito disso, em conversa*  
32 *com os colegas técnicos da Divisão de Planejamento, eles já utilizam a questão da*  
33 *vulnerabilidade dentro dos planos de bacia, já são levantadas as informações, através de*  
34 *métodos de construção primários, se fossem secundários não teriam o levantamento dessas*  
35 *informações. Então já é considerado. Segundo item: Lei 14.252 que modifica a Lei*  
36 *Estadual que trata sobre o Fundo de Recursos Hídricos. Terceiro item: Ofício nº. 09 do*  
37 **Comitê Taquari-Antas:** proposta de discussão do artigo 4º da Resolução 28/06, desse  
38 conselho, que fala sobre o vínculo dos titulares e suplências para as vagas das entidades  
39 membro. **Presidente Thiago Krebs:** eu gostaria de solicitar e pedir a este conselho a  
40 inclusão de um ponto de pauta, que já foi deliberado por este conselho na última reunião  
41 ordinária que tivemos, que diz respeito à condição de representação de presidência e vice-  
42 presidência dos comitês, em relação às instituições ou a pessoa. Houve uma deliberação  
43 sobre isso na última reunião, que a representação é institucional e por ventura havendo a  
44 desconstituição da pessoa, presidente ou vice, por parte da instituição que ele representa,  
45 ele não teria condições de permanecer representando a instituição. Em função disso,  
46 também já foi deliberado que este conselho que se fizesse uma minuta de resolução  
47 indicando essa situação, bem como fizesse uma minuta de recomendação pra que os  
48 comitês de bacia regrem a forma, porque é próprio da autonomia dos comitês a forma com  
49 que, por ventura acontecendo os fatos, possam fazer sua sucessão, seja da forma que  
50 preferirem, ou mantém até ser feita a extinção e ela nomeia uma pessoa que se faz  
51 presente, ou faz nova eleição ou assume o vice, ai fica dentro da autonomia de cada comitê,  
52 mas seria importante que fossem regrados nos seus regimentos internos. Como a CTIJ já  
53 oportunizou essas minutas aqui e se for do interesse podemos disponibilizar as minutas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 como elas ficaram e se possível a aprovação ou recomendação de alteração a qualquer  
55 uma delas. Vamos a deliberação pra ver se pode ser incluído como ponto de pauta.  
56 Aprovada a inclusão. **Ordem do dia: Item 01: Aprovação da Ata da 69ª Reunião**  
57 **Ordinária do CRH/RS:** não tivemos nenhum tipo de manifestação em tempo hábil,  
58 conforme o regimento do CRH. **Conselheiro Carlos Alberto Prade:** na linha 219 da Ata diz  
59 o seguinte: se vazão de referência for igual a Q90, esse significado aqui parece que não  
60 condiz com a vazão referente: que 90% a água vai estar numa fase pior. Se eu entendi que  
61 em 10% das vezes a água estará em situação pior do que foi considerado. Na linha 641,  
62 que por ventura *não* tenham previsão nos comitês de bacia, está escrito *na*, e é *não* tenham.  
63 **Secretário Executivo Lourenço Corrêa:** apesar das manifestações não terem sido feitas  
64 em tempo hábil, vamos fazer as alterações. **Presidente Thiago krebs:** sendo incluídas as  
65 alterações propostas, coloco em votação a aprovação da ata. Aprovada. **Item 02: Processo**  
66 **Administrativo nº. 012978-0500/12-6 – Parecer Jurídico sobre a Diretoria dos Comitês:**  
67 este ponto já veio à baila neste conselho algum tempo atrás, ele passou por uma avaliação  
68 da CTIJ no ano de 2011 e houve um parecer, do qual fui relator inclusive, no qual  
69 identificava que a recondução de presidente dos comitês de bacia, teria como previsibilidade  
70 legal apenas uma possibilidade de recondução, ou seja, abriria-se a chance de uma  
71 reeleição e não reeleições limitadas. Na época foi apresentado pelo representante da SOP  
72 uma colocação que a CTIJ deveria fazer uma análise legal, mas não somente legal, mas  
73 também institucional pelo caráter de criação dela e que institucionalmente seria importante  
74 manter-se algumas condições que levassem a mais de uma recondução por parte dos  
75 presidentes dos comitês de bacia. Esse assunto veio de novo a este conselho, na época eu  
76 não participei das discussões, mas soube que o secretário Helio na época pediu vistas deste  
77 processo como um todo, ele queria trazer esse assunto novamente à discussão neste  
78 conselho. O secretário não pôde participar dessa reunião, mas me passou a opinião da  
79 secretaria, que vou colocar, para que possamos abrir um debate e por fim a uma demanda  
80 que já gera um certo conflito de entendimentos. A secretaria entende o ponto de vista  
81 institucional e pelo próprio costume e tradição dos comitês de bacia, entretanto não há por  
82 nossa parte entendimento que o costume, caso ele cause um empecilho legal, ele deverá  
83 por si ser alterado, razão pela qual a proposta que a secretaria tem é que este conselho  
84 defina um período de transição entre o costume institucional e as previsibilidades legais de  
85 recondução de uma vez. A proposta é que se tenha um período neste ano de 2013 uma  
86 organização e preparação pelos comitês, pra que a partir de 2014 comece a valer essa  
87 regra. **Adilson João Steffen:** eu entendo que é importante que cada comitê, dentro do seu  
88 ordenamento ou da sua discussão prévia, possa legislar ou a cada situação definir essa  
89 situação. Veja que temos ainda hoje comitês com dificuldades de se constituir, de eleger um  
90 presidente e talvez no futuro a gente possa estar engessando no comitê até da sua  
91 continuidade. A gente sabe que talvez um prazo muito longo possa até se repensar alguma  
92 coisa, mas uma recondução são quatro anos, se houver a recondução, se houver três, vão  
93 ser seis anos, se houverem quatro, chegaremos a oito, que é o mesmo caso do Governador  
94 e Prefeito. Limitar a apenas duas pode também dificultar, em alguns cargos poderemos ter  
95 bons líderes, ou até, se algum comitê entender que dentro do seu regimento deva ser de  
96 apenas uma recondução ou nenhuma recondução, que se respeite também a vontade do  
97 comitê. **Presidente Thiago Krebs:** essa proposição de apenas uma recondução não é uma  
98 criação, nem uma vontade política, ou um regimento inovador dentro do sistema; é a visão  
99 da CTIJ com a interpretação legal do prazo que já é regrado. **Daniel Schmitz:** boa tarde a  
100 todos. Esse fato vem à baila e está em discussão há bastante tempo pra quem está no  
101 sistema e particularmente no Comitê Taquari-Antas é um assunto que tem se debatido nos  
102 últimos anos. No entender da plenária do comitê, na reforma do regimento interno de 2009,  
103 se estabeleceu que não há regimento com relação a recondução, *é permitida a*  
104 *recondução*. Como diz a lei 10.350: *é permitida a recondução*. Ela não fala em uma, duas ou  
105 dez, mas é permitida a recondução. E dessa forma como as plenárias de um processo  
106 eleitoral elas podem ter renovação de 100% da sua estrutura, da sua participação que dá o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 direito de cada uma das gestões fazer o seu processo de construção da sua representação,  
108 de delegação de representatividade que é o papel dos presidentes, vices e a execução da  
109 política na secretaria executiva. Então a gente entende como um tema de cunho. Eu sei da  
110 questão da leitura, do público do processo, do jurídico disso, mas há autonomia de tomada  
111 de decisão sobre a sua forma de gestão das plenárias dos comitês. O respeito a essa  
112 autonomia e as plenárias dos comitês pra que quando a sociedade for chamada, no qual o  
113 governo também está inserido, nas suas cadeiras, as quais devem preencher e tomar  
114 decisões junto com relação a isso, é um processo altamente democrático, livre de  
115 deliberação com relação a esta preposição. Também gostaria de lembrar e trazer a esta  
116 plenária, que já se discutiram outras questões no CRH com relação a períodos de gestão.  
117 Nós discutimos que é ruim termos gestão de dois anos nos comitês e os municípios terem  
118 quatro anos, há uma quebra de continuidade. Os governos têm quebra de continuidade, as  
119 políticas estão desencontradas, isso também é pauta de discussão. O que é uma  
120 recondução? Recondução de dois anos? Que tipo de trabalho pode ser feito numa plenária  
121 de comitê em dois anos? E os processos de continuidade não seriam em quatro anos  
122 também pra ter uma uniformidade com outras instâncias de representação e de gestão  
123 territoriais, políticas e tal. Então no entender do comitê Taquari-Antas, muito bem claro,  
124 muito bem discutido e aprovado por este conselho, que cada plenária defina sua forma de  
125 representação e assim está definido no regimento interno do nosso comitê. **Teresinha**  
126 **Guerra:** gostaria de reforçar o que o Daniel falou em relação a respeitar as decisões das  
127 plenárias dos comitês. Todo comitê tem um regimento interno e normalmente nele está  
128 estabelecido como é feita a eleição. Pelo que eu saiba, todos os regimentos internos  
129 passam pelo CRH. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** nem todos são iguais.  
130 **Teresinha Guerra:** nem todos são iguais, não devem ser iguais e nós temos que respeitar a  
131 legislação, certo? E acho também que não podemos igualar os comitês. O meu comitê não  
132 é igual ao comitê do norte, do leste ou do oeste do Rio Grande do Sul, cada um tem as suas  
133 características. Então, no momento que uma plenária de um comitê estabelece a forma  
134 como quer isso, de acordo com a Lei 10.350, nós temos que respeitar isso, porque é a  
135 plenária que define isso também. **Presidente Thiago Krebs:** só reiterando, não é nenhuma  
136 questão de achismo particular, mas a própria lei já prevê a importância da autonomia dos  
137 comitês nas suas gestões e razão pela qual inclusive eles têm espaço de deliberação  
138 interna, regimentos internos, isso é indiscutível. Na verdade essa autonomia, bem como as  
139 autonomies de gestão de qualquer espaço institucional do estado, o comitê de bacia na  
140 verdade ele tem um animus público por uma gestão de agentes coletivos da população  
141 gaúcha por questões dos usos múltiplos da água, mas todas as esferas de gestão de  
142 estado, sejam quais forem por estarem dentro de um estado democrático de direito, que  
143 prevê a constituição, condição deve seguir previsibilidades legais. A autonomia não pode  
144 superar a questão da legalidade. **Mário Rangel:** acho que as manifestações vão ao  
145 encontro dos interesses do sistema de recursos hídricos. O Daniel colocou bem correto a  
146 questão desta sincronia com os governos municipais e estaduais. Sugiro que se proponha  
147 uma recondução, e que o cargo seja eleito para quatro anos, teria essa observância dentro  
148 do processo legal e também dando um tempo maior para cada diretoria agir. Sabemos que  
149 o trabalho no comitê, da maneira que o estado age, lentamente, a gente sabe que a  
150 burocracia é muito complicada, eu acho que dois anos é muito pouco Então quatro anos,  
151 com mais uma recondução, seria o ideal. Ficariam oito anos. **Thiago Krebs:** eu  
152 particularmente acho bem interessante essa proposta de uma recondução, com alteração do  
153 prazo. Então talvez uma proposta conciliadora fosse um hiato de tempo no qual manteriam  
154 as coisas, talvez num período de um ano, que é a proposta inicial da secretaria, no qual se  
155 tivesse um grupo ou uma Câmara Técnica que fizesse uma proposição de alteração de  
156 legislação para quatro anos, onde teríamos no fim desse espaço de adaptação uma  
157 alteração de legislação que trouxesse um certo parâmetro de gestão próprio das Prefeituras,  
158 do Governo do Estado ou a própria lógica do Estado. **Luis Augusto Pêrsigo:** há pouco  
159 falávamos da questão da perda de mandato do presidente por qualquer motivo, que também



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

160 pode vir a acontecer numa recondução. Eu pergunto: esse parecer também e referente ao  
161 vice-presidente? E outro detalhe também colocado: *costume geral dos comitês*, não acho  
162 que seja tão costume geral; eu sou novo, o Adilson também, não estamos vindo de  
163 reconduções e isso também regrado, o comitê Ijuí tem essa regra dentro. Gostaríamos que  
164 esse assunto fosse discutido um pouco mais. **Thiago Krebs:** esse é um processo eleitoral e  
165 serve para os dois, mesmo que por ventura troque. Essa discussão tanto da  
166 representatividade de pessoa e instituições, a condução ou não condução é muito  
167 importante e ao final desse debate como um todo, nós teremos ganhos importantes em todo  
168 o processo fortalecendo toda a gestão dos comitês. **Tânia Zoppas:** estou no comitê Caí  
169 representando a Corsan desde 1998 e em vários momentos, durante esse tempo todo,  
170 foram raras as vezes que teve mais de uma chapa. Normalmente é uma chapa única, não  
171 digo que não tivesse pessoas, mas o hábito é que elas fiquem mais de uma vez. Até pela  
172 questão que foi levantada aqui, da continuidade, porque muitas vezes a gente entra, pega  
173 um plano em andamento e não vai ter a mesma continuidade daquele que já começou.  
174 Então, o fato de nem sempre ter um número significativo de chapas pra poder escolher, tem  
175 que ser considerado, porque pra representação tudo é custo, então nem sempre vamos  
176 conseguir entidades que vão bancar, porque a entidade que está aí tem que bancar o  
177 presidente e o vice. **Secretário Executivo Lourenço Corrêa:** complementando o que a  
178 Tânia falou e é um ponto chave, porém o Comitê Caí é um exemplo de mobilização; onde  
179 existem excessos de mesmas pessoas, um processo contínuo de recondução, está  
180 demonstrando que naquele comitê existe uma desmobilização, não há renovação, não há  
181 criação de novas lideranças e justamente o processo democrático prevê isso, essa questão  
182 da limitação da recondução é para que constitucionalmente haja uma renovação das  
183 lideranças e a criação dessas novas lideranças para um processo de continuidade; não  
184 pode ficar na mão de uma ou duas pessoas eternamente. **Renato Zenker:** acontece em  
185 Camaquã uma peculiaridade que fecha bem com o que está sendo discutido aqui. O comitê  
186 tem doze anos e há oito anos eu sou presidente lá e como disse um colega meu ali atrás, o  
187 presidente de comitê deveria ter uma estátua, porque ninguém quer ser, é uma dificuldade  
188 achar alguém que queira assumir isso aí. Mas a pergunta que eu faço é a seguinte: algum  
189 tempo atrás estava sendo discutido um assunto que também fecha comigo: a primeira vez  
190 que eu fui presidente foi pela Associação dos Engenheiros Agrônomos, a segunda vez como  
191 Secretário Municipal do Meio Ambiente de Camaquã e agora pela Associação dos  
192 Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Camaquã. Então eu representei na verdade,  
193 durante esses anos três entidades, então está se falando aqui não em recondução de  
194 nomes, mas recondução de instituições. Eu não me considero um cara de presidência  
195 repetida, porque eu fui representante de três instituições. Então tem que fazer valer,  
196 similarmente valer, se o sujeito for destituído da instituição perde o cargo. Agora o contrário  
197 tinha que ser verdadeiro: se a pessoa está representando outra instituição não é reeleição, é  
198 reeleição se fosse da mesma instituição e isso é uma coisa que tem que ser respeitada.  
199 **Paulo Robinson Samuel:** foram colocadas inúmeras questões, inúmeros processos,  
200 inúmeros regimentos internos dos diferentes comitês. A secretaria traz uma proposta, a  
201 gente riu agora que tem “n” questões na mesa e tenho certeza este conselho não tem  
202 condições de deliberar nada sobre esse tema. A minha proposta é de encaminhar um novo  
203 estudo, considerando todas as propostas que foram colocadas até o momento. Nós temos  
204 uma proposta de reeleição há quatro anos. Temos proposta de verificar que cada comitê  
205 tem um regimento diferente. O nosso comitê tem no máximo duas reconduções. Outros  
206 comitês não têm. Outros têm uma. Agora o colega levantou outro caso: três instituições  
207 diferentes. Então se tem que regrar alguma coisa, temos que usar regras claras. Então,  
208 minha proposta é de um grupo de trabalho dessa comissão que traz essa proposta.  
209 **Presidente Thiago Krebs:** só para fins de esclarecimento, qualquer questão que seja  
210 alterar justamente os prazos de mandatos, ele não poderia ser deliberado por este conselho,  
211 este conselho teria a oportunidade de trazer uma proposta de alteração legislativa,  
212 encaminhar ao Secretário de Meio Ambiente, para que o mesmo encaminhe ao Governador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

213 para que faça essa proposta de alteração. O CRH não teria autonomia hoje para alterar o  
214 prazo legal, ele teria condições de fazer uma proposta de alteração legislativa. **Adilson**  
215 **Steffens:** também concordo que se crie uma comissão técnica pra encaminhamento e  
216 acredito apenas que não seja a comissão técnica jurídica, porque ela vai dar o parecer  
217 jurídico de tudo isso e eu acredito que esse assunto seja mais de vontade política, do que  
218 jurídica. A CTIJ é mais permanente e eu acho que ela trate mais sobre os conflitos de  
219 legislação ou alguma coisa assim. **Presidente Thiago Krebs:** a CTIJ não é uma Câmara  
220 Técnica exclusivamente jurídica, na verdade até acho pouco ruim ela não ser  
221 exclusivamente jurídica, porque quase todos os temas que passeiam por lá são de cunho e  
222 interpretação jurídica, mas temos vários representantes lá que não tem o conhecimento  
223 técnico-jurídico. **Secretário Executivo Lourenço Corrêa:** a respeito de ser um mandato de  
224 quatro anos, está na lei 10.350 que o mandato é de dois anos, então tem que haver uma  
225 modificação na lei 10.350, através de emenda. A respeito da expressão: *é permitida a*  
226 *recondução*, Daniel, pode ter dupla interpretação, o *a* é singular, é uma recondução, o *a*  
227 como artigo de *um*, não de *a*, como *a recondução qualquer*. **Presidente Thiago Krebs:** os  
228 conselheiros tem autonomia plena e absoluta pra fins de escolha, agora quanto a discussão  
229 de técnica interpretativa jurídica, esta tecnicamente já foi analisada dentro da CTIJ. A gente  
230 pode concordar, não concordar, os conselheiros tem autonomia inclusive para não  
231 reconhecer o parecer de uma Câmara Técnica, entretanto não me parece que não seja  
232 fórum adequado para discussão técnica jurídica aqui. **Daniel Schmitz:** eu gostaria de  
233 salientar que esse Grupo de Trabalho, essa Câmara Técnica que vai trabalhar esse  
234 assunto, tenha no seu cronograma também um processo de discussão com as plenárias dos  
235 comitês. Que esses assuntos sejam discutidos dentro dos comitês, porque vai dizer respeito  
236 a representação da sociedade sobre esse processo. Então que eles também tenham a  
237 possibilidade de trocar opinião, ouvir as diferentes realidades regionais que vão enriquecer  
238 cada vez mais esse processo de construção. **Presidente Thiago Krebs:** temos aqui uma  
239 proposição que é a inicial da secretaria, que como representante da secretaria inclusive  
240 altero esse plano, agora do ponto de vista de se ter um espaço de tempo de um ano para  
241 adequação, mantendo-se o *status quo* da situação atual pelo ano de 2013, alterando-se em  
242 2014, tendo dentro desse espaço um grupo de trabalho, que acredito eu que seja a CTIJ,  
243 que faça uma alteração administrativa. Também temos aqui a proposta que foi encaminhada  
244 de apenas repassarmos esse assunto da CTIJ, para que ela faça uma análise desse  
245 parecer, com os demais apontamentos que surgiram aqui como: alteração de prazo de  
246 mandatos, a questão de autonomia de regimentos internos dos comitês. Então nós temos  
247 essas duas propostas. Quem é favorável ao encaminhamento da secretaria pra fins de  
248 manutenção de *status quo* de um ano e um grupo da CTIJ nesse um ano faça uma proposta  
249 de alteração legislativa. As duas propostas são muita parecidas, a grande modificação é: na  
250 proposta que veio da secretaria, nesse espaço de tempo de um ano ele encerraria.....  
251 (inaudível). O conselho aprovando a proposta da secretaria diria: em um ano se aceitará a  
252 questão de interpretação jurídica da lei 10.350, no quesito de uma recondução. Se aceitará  
253 e se dará um ano pra se organizar, passando-se então a uma possibilidade de alteração  
254 legislativa. A outra proposta desse conselho diz: não estamos ainda confiantes a ponto de  
255 dizer que de fato deverá ser seguido o encaminhamento da CTIJ, razão pela qual pedimos  
256 novos estudos da CTIJ. **José Luís Barbosa Gonçalves:** sem a alteração do artigo da lei  
257 que diz que é permitida a recondução, como o colega disse: *a* pode ser uma, *a* pode ser *a*  
258 de eterno, pode ser quantas quiser, não adianta dar encaminhamento, vai ficar pairando a  
259 dúvida porque a interpretação vai ser passível de duplo entendimento. **Presidente Thiago**  
260 **Krebs:** essa é uma questão de dúvidas dos conselheiros e não técnico-jurídica. A CTIJ tem  
261 convicção, todos os representantes dela têm, todas as pessoas que estão na Câmara  
262 Técnica Jurídica, que participaram das discussões e que tiveram aula de interpretação  
263 jurídica tem convicção que é apenas uma recondução. Isso aí não é uma dúvida jurídica,  
264 pode ser uma dúvida de qualquer pessoa que esteja lendo. Juridicamente ela é claramente  
265 uma recondução. **Secretário Executivo Lourenço Corrêa:** lembrando que tem a resolução



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 nº28 de 2006 que faz a regulamentação sobre as eleições dentro dos comitês. **Teresinha**  
267 **Guerra:** eu cheguei atrasada, mas vocês apresentaram esse parecer? **Presidente Thiago**  
268 **Krebs:** o parecer da CTIJ foi apresentado em uma reunião do CRH, em 2011. Não é uma  
269 novidade neste conselho, ele já foi apresentado aqui há mais de um ano. **Secretária**  
270 **Executiva Adjunta Carmem Silva:** esse parecer que o secretário explicou, foi apresentado  
271 naquela reunião que os comitês começaram a pedir prorrogação dos mandatos. Esse  
272 assunto foi encaminhado pra CTIJ e esta fez um parecer bem grande dizendo que era  
273 ilegal, mas que seria aprovado caso a caso dos comitês que estavam com plano de bacia  
274 em andamento, lembram? Era até o final do plano de bacia. Este foi o parecer. **Renato**  
275 **Zenker:** minha dúvida é a seguinte: se está na lei *permitida a recondução*, é uma questão  
276 duvidosa, nenhum parecer pode ser definitivo. Agora se for *taxativo a uma recondução*, aí  
277 também não há o que discutir. Agora se está *a recondução*, pode ser uma, duas, três ou  
278 quatro, isso a gente pode discutir eternamente, não há advogado que vai dizer que ali está  
279 escrito uma coisa que não está. Se é *a*, não se sabe, é uma coisa suspeita. Há na verdade  
280 uma colocação de nós propormos um reestudo em função deste *a*, se ele representa uma  
281 condução ou duas, porque não está escrito, se é verdade isso, não está escrito *uma vez*. A  
282 recondução não se sabe quantas, isso aí é discutível. **Presidente Thiago Krebs:** a técnica  
283 de interpretação legislativa, não é necessariamente querer puxar para o meu assado porque  
284 sou advogado, ela não é uma técnica simples, é uma técnica de estudo de anos. Ela não  
285 tem ponto de vista de simplesmente olhar um artigo e fazer uma interpretação ortográfica da  
286 lei, mas tudo bem. A CTIJ pede pra apresentar aos conselheiros as questões técnicas e eles  
287 fazerem as escolhas políticas sobre, se aceita ou não. Não aceitar uma proposição que  
288 informa que tal ação não corresponde a legalidade, também está na lei que vocês podem  
289 fazer, claro, sempre sabendo e tendo em vista isso, que porventura eu, como presidente de  
290 um comitê de bacia, que tenho reconduções limitadas, se por exemplo a Carmem gostaria  
291 muito de ser o presidente desse comitê, ela provavelmente entrando com uma liminar  
292 conseguirá embargar a eleição, e transformar que o comitê de bacia fique um período de  
293 tempo de cinco a seis anos mantendo um processo simplesmente. **Daniel Schmitz:** é só  
294 uma questão de clareza, um pouco, do que nós vamos estar buscando, é só isso a minha  
295 interpretação. Acho que esse assunto tem que se esgotar, é preciso conversar e definir  
296 sobre isso, a questão das interpretações não vão nem pra mérito do que que é o *a*, o que  
297 que não é o *a*, vai muito longe disso. Algumas questões são muito claras e a gente tem que  
298 deixar prontamente. É preciso reavaliar, estudar e não só uma questão de posição jurídica,  
299 a posição jurídica é uma das leituras do processo. Esse é um processo de participação  
300 política da sociedade dentro de uma instância de deliberação, de tomada de decisão e essa  
301 decisão não é simplesmente crua na posição jurídica, ela tem que ter uma construção de  
302 entendimento da sociedade, pra isso que está lá. Então, essa instância de discussão e  
303 deliberação sobre esse tema, que pra mim é uma também, tomar decisão. E tem uma outra  
304 questão que tem que ficar bem claro, que eu fiquei um pouco na dúvida: Qual é a posição?  
305 Um ano, estuda e como fica? Como é essa questão? O que é esse um ano e depois de um  
306 ano, o que significa isso? **Presidente Thiago Krebs:** a proposta é que saia uma resolução  
307 dando esse prazo de um ano, para no final dele não mais ser permitidas reconduções  
308 ilimitadas, isso regulariza o trâmite eleitoral, esse um ano seria um ano de *vacatio legis* do  
309 ponto de vista de organização dos comitês. **Daniel Schmitz:** isso não significa que ao final  
310 do ano nós tenhamos que chamar processo eleitoral os comitês? **Presidente Thiago**  
311 **Krebs:** significa que a partir do ano de 2014, toda eleição que houver, o presidente que já  
312 foi reconduzido não poderá ser reconduzido novamente e só será aceita uma recondução.  
313 Se não for ano de eleição, nada acontece. **Daniel Schmitz:** isso tem que ficar bem claro,  
314 como vai ser o processo de recondução. Minha sugestão é uma Câmara mista, porque são  
315 duas coisas a ser votadas, uma coisa é: estuda-se ou não estuda-se; bota-se na construção  
316 de uma proposição, sim, se botar, em que instância de discussão vai ser isso, que forma vai  
317 ser, que casa com aquilo que eu coloquei anteriormente, em relação a tramitar essa  
318 discussão dentro das plenárias dos comitês. **Adilson Steffens:** eu acredito que se



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 dissermos aqui que depois de 365, ou como foi dito, até o final do ano, vai valer esta nova  
320 regra? Então praticamente não temos mais o que votar porque se estamos determinando  
321 hoje que daqui até lá continua a regra, depois já vai ser certo. Tem que deixar claro isso,  
322 porque não simplesmente constituímos uma comissão e damos um prazo pra ela dar seu  
323 parecer e daí mudamos? **Presidente Thiago Krebs:** Então, as duas propostas já foram  
324 razoavelmente explicadas. A proposta um, ela advém de se definir hoje que será cumprida a  
325 regra de apenas uma recondução, dando um espaço de tempo para organização dos  
326 comitês, até o início do ano de 2014, sendo que nesse espaço de tempo o CRH, através da  
327 CTIJ, proporia uma alteração legislativa. A outra proposta é que não se tome nenhuma  
328 decisão sobre esse fato e se passe novamente para a CTIJ, com a participação e debates  
329 junto dos comitês, para fins de trazer uma nova proposição, que me parece que sairá  
330 razoavelmente próxima do que já está sendo trazido aqui, mas enfim, seria prorrogar o  
331 prazo. **Daniel Schmitz:** no mesmo prazo de um ano? Nas duas tem que ter prazo. **Thiago**  
332 **Krebs:** então a grande diferença da proposta um pra dois é que: se o conselho, ele de fato  
333 determinará hoje acatar a lei 10.350 ou se ele prorrogará isso pra estudo posterior, se  
334 acatará uma nova lei posterior a um estudo que já foi feito. Proposta dois aprovada. Então,  
335 encaminhe-se a CTIJ para dentro da discussão que houve aqui em plenário, ela elabore  
336 uma proposta de resolução com prazo máximo de entrega desta proposta até o final do ano  
337 de 2013. Eu como presidente da CTIJ, quero realmente que esse trabalho fique pronto bem  
338 antes do final do ano e me empenharei para que tal aconteça. **Item 03 – Processo**  
339 **Administrativo nº 4535-0500/13-4 Ofício 18/2012/CGBHBJ – Homologação do processo**  
340 **eleitoral do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Baixo Jacuí:**  
341 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** conforme a resolução 28, que diz que depois  
342 de votada as entidades tem que ser homologadas pelo CRH, encaminhamos aos  
343 conselheiros a nova diretoria eleita do comitê Baixo Jacuí. Presidente Thiago Krebs colocou  
344 em aprovação. Aprovado. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva;** eu gostaria de  
345 acrescentar que eles cumpriram todos os rituais solicitados, inclusive do tempo de dois  
346 anos, da recondução. **Item 04 – Processo Administrativo nº 4540-0500/13-2 – Ofício**  
347 **003/CGBH – Homologação do processo eleitoral do Comitê de Gerenciamento da**  
348 **Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas:** Presidente Thiago Krebs colocou em  
349 aprovação. Aprovado. **Item 05 – Relatório de Recursos Hídricos (2009-2010) - Geógrafa**  
350 **Elaine dos Santos:** boa tarde a todos, estamos aqui muito contentes de passar pra vocês  
351 esse produto e fazer uma discussão do seu resultado e a questão dos prazos. O relatório  
352 anual é de competência do Departamento de Recursos Hídricos, conforme a lei nº 10.350 e  
353 ele tem a finalidade justamente de publicizar os avanços no próprio sistema de recursos  
354 hídricos para a sociedade em geral. Ele tem uma data cabalística que a gente nunca  
355 conseguiu cumprir, que é o trinta de abril e que está na legislação. O primeiro relatório foi  
356 publicado em 2002, o segundo foi em 2006, olha só, a lei foi promulgada em 30 de  
357 dezembro de 1994, na verdade o prazo é um ano após a promulgação da lei deveria sair o  
358 primeiro relatório, mas isso não foi possível. Então levou um longo período para que  
359 pudéssemos gerar esse primeiro relatório. O segundo relatório a gente já entregou em 2006,  
360 o prazo ficou mais reduzido e o outro foi em 2008, dois anos depois; então a gente pelo  
361 menos está sentindo uma evolução nos prazos e também do resultado em si. Bom, o  
362 primeiro relatório foi resultado da sistematização dos dados existentes no departamento de  
363 recursos hídricos oriundos dos estudos de disponibilidade hídrica. Os estudos que existiam  
364 na época, não tinha pra todas as bacias hidrográficas do estado, foram sistematizados e  
365 chegou a esse produto. Esse relatório deve necessariamente conter os aspectos de  
366 qualidade e quantidade. Então, nesse relatório conseguimos que a Fepam nos passasse as  
367 informações por região hidrográfica, só que essas informações não estão padronizadas, ou  
368 seja, cada região hidrográfica tem uma forma de apresentar os seus dados de  
369 disponibilidade da água. Então isso já é uma dificuldade para a sistematização. O segundo  
370 relatório, de 2006, ele foi resultado da primeira fase, a fase A, do Plano Estadual de  
371 Recursos Hídricos, foram os primeiros estudos inerentes ao diagnóstico da situação do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 recursos hídricos para o estado, com vistas a elaboração do Plano Estadual de Recursos  
373 Hídricos. No terceiro relatório a gente já conseguiu agregar informações de população  
374 urbana, rural, por bacia hidrográfica. O relatório anterior, de 2006, ele não separava por  
375 bacia hidrográfica, então nós pegamos as informações inerentes a dados de quantidade,  
376 qualidade que resultaram do diagnóstico feito para a fase A do Plano Estadual de Recursos  
377 Hídricos e espacializarmos as informações. Isso foi bem interessante pra gente mostrar e  
378 fazer algumas correlações e começamos a agregar informações inerentes a elementos  
379 críticos. Essa é sim uma preocupação do departamento de Recursos Hídricos. O último  
380 relatório que não é a data que a gente deveria ter, temos aqui a edição 2009-2010 e uma  
381 das inovações desse produto também é foi a possibilidade de os comitês apreciarem  
382 antecipadamente e darem contribuições. Por que a gente não consegue cumprir o prazo de  
383 entrega do relatório? Eu não vou entrar na questão do corpo técnico, que foi um problema  
384 gravíssimo pro Departamento de Recursos Hídricos e no ano passado conseguimos uma  
385 contratação emergencial, que é um ato histórico pra gestão das águas do nosso estado.  
386 Quero aproveitar esse momento para lembrar aos conselheiros, que a lei 10.350 foi  
387 promulgada em 30 de dezembro de 1994, estabelecia que deveria ter sido criado um  
388 departamento de recursos hídricos e isso de fato não aconteceu; foi criada uma divisão de  
389 recursos hídricos e saneamento dentro da Secretaria de Obras. Então, não se criou o  
390 departamento, não se contratou um corpo técnico e nem foi realizado concurso. Todos os  
391 gestores do DRH, inclusive o próprio Ivo Mello, tiveram que lidar com esse grande desafio,  
392 porque sem corpo técnico realmente efetivo, não tem como a gente dar conta da gama de  
393 atribuições que é inerente ao estado e este precisa fazer, até para que os próprios comitês  
394 possa tomar suas resoluções com maior facilidade. A tomada de decisão exige que nós  
395 tenhamos realmente conhecimento da disponibilidade hídrica, informações qualificadas e  
396 acesso a elas. Se vocês observarem essa base aqui é a da UFRGS, que estávamos  
397 utilizando, 1:50.000, mas quando começamos a trabalhar vimos rios que não estão  
398 conectados, não existe banhados mapeados na base que a UFRGS disponibilizou; isso  
399 praticamente inviabiliza gente trabalhar com essa base cartográfica. Essa base vai servir  
400 exclusivamente para fazer layout de mapas. Essa é uma grande fragilidade do estado do  
401 Rio Grande do Sul, não ter uma informação cartográfica adequada, correta, com toponímia,  
402 temos poucos topônimos, que são os nomes dos corpos de água. Sem essa informação  
403 realmente fica muito complicado viabilizarmos os instrumentos de gestão de recursos  
404 hídricos. Temos aqui a bacia do Ibicuí, a bacia do Lago Guaíba, com corpos de água não  
405 conectados e temos aqui a bacia do Vacacaí. Isso aqui são apenas alguns exemplos, em  
406 todas as ocupações tem problemas, isso só com relação à base cartográfica da hidrografia.  
407 Existem outros problemas que a gente tem que dar conta, por exemplo, quando fomos  
408 trabalhar com o banco de dados da outorga, porque o nosso propósito era fazer a exposição  
409 espacial das vazões, as vazões outorgadas tem que ter uma avaliação melhor sobre a  
410 questão da demanda do uso da água também, não foi possível, porque o banco de dados  
411 da outorga é extremamente simples, precário ainda, na verdade só tinha uma pessoa que  
412 alimentava esse banco de dados, que era um estagiário da informática, que não tinha  
413 conhecimento de hidrologia e muitas vezes ele não sabia interpretar e colocar dados. Então,  
414 quando fomos trabalhar, pegamos todos os dados do banco de dados da outorga, primeiro  
415 fizemos toda uma instrução para os estagiários que nos ajudaram muitíssimo, sem eles a  
416 gente não poderia realizar. Mostramos como lançar o banco de dados, como separar por  
417 bacia hidrográfica, em cada bacia identificar água superficial e subterrânea. Quando  
418 recebemos o trabalho dos estagiários que fui espacializar e graficar e como a gente conhece  
419 um pouco das características das bacias hidrográficas, logo percebi esses erros. Então  
420 tivemos que optar por não utilizar as vazões, porque estavam incorretas e utilizar o número  
421 de outorgas concedidas. Isso gerou um trabalho enorme, tivemos que repetir várias vezes  
422 esse trabalho. Cada vez que a gente abria a banco de dados ele dava uma informação. O  
423 que o DRH está fazendo para resolver esse problema? Está sendo feita uma contratação da  
424 Universidade Federal de Lavras, eles vão simplesmente atualizar, revisar todo esse banco





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 de dados, todas as portarias e fazer um banco de dados realmente que a gente possa  
426 utilizar que nos dê a resposta que estamos precisando. Esse é o dilema que a gente  
427 enfrenta, porque quando a gente começa a trabalhar a gente vê que precisamos realmente  
428 organizar a nossa casa. Se a nossa casa não está organizada, não é porque o DRH não  
429 quis, não é porque os diretores anteriores não se empenharam pra isso. Eu entrei em 03 de  
430 dezembro de 1994 e acompanhei todo esse processo e digo que é fundamental investir no  
431 órgão gestor dos recursos hídricos. Outro problema grave que se tem é a base cartográfica  
432 dos municípios, os limites municipais, nós temos os limites das bacias que foram traçados  
433 com base na topografia e também os limites municipais na escala 1:750.000. Quando a  
434 gente vai casar os dados para começar a separar os municípios que pertencem a uma  
435 determinada bacia hidrográfica, a gente começa a encontrar muitos erros, isso faz com que  
436 num relatório um município esteja dentro de uma bacia e no outro ele não esteja mais.  
437 Então nós discutimos um critério técnico, que pelo menos com base nessa informação  
438 cartográfica bem precária, mas que pelo menos nós tivéssemos uma área mínima de dois  
439 quilômetros quadrados do município, dentro da bacia para fins de gestão de recursos  
440 hídricos. Outro detalhe, a área que a gente trabalha, que o programa de  
441 georreferenciamento gera não é a mesma área que o IBGE tem. Então tivemos que pegar  
442 toda essa informação, transformar em percentuais, pegar a área oficial do IBGE e fazer os  
443 ajustes necessários, porque não podemos ter uma área diferente que o órgão oficial da  
444 União define. Isso também gerou muitas dificuldades, foram várias tentativas e erros,  
445 tentativas e erros, até chegar nesse produto aqui. Aqui temos um exemplo de três áreas de  
446 municípios e nenhuma fecha inclusive o limite do estado do Rio Grande do Sul com Santa  
447 Catarina é um dilema também, porque as bases não estão boas. São esses os problemas, o  
448 DRH está se esforçando pra corrigir com a contratação de uma nova base cartográfica na  
449 escala, 1:25.000, inclusive queremos trabalhar com esse nível de detalhamento. Esses  
450 investimentos são fundamentais para a gestão de águas. Apesar de todas as dificuldades  
451 houve uma melhor avaliação dos dados e da distribuição espacial das outorgas de uso da  
452 água; a gente conseguiu verificar que era interessante em determinados períodos algumas  
453 bacias não tinham outorga, porque teve uma situação de escassez que culminou que houve  
454 uma restrição para aquelas determinadas bacias e isto está discutindo no relatório também.  
455 Para o enquadramento dos corpos de água também pegamos aquelas bacias que tinham  
456 enquadramento pronto até 2010, fizemos um layout e cumprimos a norma técnica da  
457 cartografia. E na parte dos eventos biológicos extremos, pegamos as informações dos  
458 boletins climatológicos e as informações dos níveis dos rios das duas bacias mais  
459 emblemáticas que tem um monitoramento mais contínuo, que é a bacia do Gravataí e do  
460 Sinos, geramos gráficos e fizemos comparações. Agora, esse período de 2009-2010, não foi  
461 período de estiagem, não tivemos uma situação em que os níveis desses rios estivessem  
462 abaixo do nível de alerta e fizemos toda uma avaliação climatológica. Tivemos nesse período  
463 excesso hídricos e também deu para verificar que ao longo do tempo, nós temos essa  
464 variabilidade da distribuição de chuvas no estado. Por isso nós temos que estar preparados  
465 para no mesmo ano ter situações de excesso e de falta de chuva e como isso pode afetar a  
466 disponibilidade de algumas bacias. Nós já estamos avançando no relatório 2011-2012, não  
467 sei se vamos conseguir até dia 20 de abril, porque estamos em processo de mudança,  
468 graças a Deus vamos sair daquele prédio, o que foi uma batalha. Mas quais são os  
469 aprimoramentos que estamos vislumbrando pra essa nova edição? Dados populacionais  
470 das bacias hidrográficas com base no último censo, que foi liberado no ano passado, antes  
471 disso não tínhamos como verificar esses dados; o IBGE no final do ano passado liberou a  
472 base georreferenciada dos limites dos municípios na escala 1:250.000, então a gente já  
473 pôde casar com a nossa base 1:250.000 o que foi muito bom. Com isso os dados de área  
474 vão ficar bem mais próximos da realidade. Só pra vocês terem uma ideia, nós separamos  
475 população urbana e população rural, mas temos outro dilema: as manchas urbanas também  
476 não estão atualizadas. Então tivemos que usar uma parte da ANA, outra parte que o IBGE  
477 disponibilizou da malha urbana para nós podermos estimar quanto em população urbana e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 rural tem em cada bacia e outra coisa, a sistematização das informações do cadastro  
479 estadual dos usos da água, um cadastro muito interessante que já está funcionando e já  
480 temos informações muito interessantes pra gente verificar e analisar por bacia hidrográfica.  
481 Esse estudo de disponibilidade hídrica que foi feito pra todo estado do Rio Grande do Sul  
482 que terminou em 2011, mas ele foi apresentado oficialmente em 2012. Temos as bacias que  
483 já concluíram a primeira etapa do plano, já tem enquadramento, isso tudo vai estar incluído  
484 nesse outro relatório que a gente quer que não passe desse ano para apresentar pra vocês.  
485 Finalizando quero fazer um agradecimento muito especial aos comitês: Butuí-Icamaquã,  
486 Gravataí, Camaquã, Ibicuí, Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo e Santa Maria, que deram  
487 contribuições, ajudaram, mostravam equívocos eu tinha no relatório, deram sugestões,  
488 algumas a gente pode incorporar, outras não, que eram de outro período de tempo, eram já  
489 de 2012, então a gente vai pedir só mais um pouquinho de paciência e dizer que as  
490 contribuições foram muito importantes. **Diretor Marco Mendonça:** complementando aqui,  
491 nós agradecemos todo empenho do pessoal, da Elaine que está há muito tempo  
492 trabalhando em relatório, aos comitês que deram suas contribuições e nós vamos fazer um  
493 esforço para que se atualize, já está com alguma defasagem, já que o relatório é de 2009-  
494 2010 e pretendemos em breve ter uma nova atualização dele; a gente vai aprimorando  
495 conforme disponibilidade que a gente vai ter de informações. Só pra dar uma informação  
496 sobre cartografia, na semana que vem estamos indo a Brasília buscar um mapeamento que  
497 vamos ganhar do Ministério do Meio Ambiente do estado inteiro que vai servir de base para  
498 uma nova base cartográfica, 1:25.000, que a gente vai contratar. Então a gente vai  
499 paulatinamente avançando conforme a tecnologia nos permite e a receita e o orçamento  
500 também. Presidente Thiago Krebs colocou o relatório 2009-2010 em aprovação. Aprovado  
501 por todos. **Presidente Thiago Krebs:** Agora vamos para as minutas apresentadas pela  
502 CTIJ, referentes à representação de presidente e vice-presidente dos comitês de bacia,  
503 conforme deliberado no início da reunião, como inclusão de pauta. A primeira minuta diz  
504 respeito à resolução. Vamos a leitura dos considerandos: *Considerando: que é diretriz da*  
505 *Política Estadual de Recursos Hídricos a “participação comunitária através da criação de*  
506 *Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas congregando usuários de água e*  
507 *representantes políticos e de entidades atuantes na respectiva bacia”, nos termos do art. 4º*  
508 *da Lei Estadual nº 10.350/94; considerando que “todos os integrantes de um Comitê*  
509 *deverão ter plenos poderes de representação dos órgãos ou entidades de origem”,*  
510 *consoante art. 5º da Lei Estadual 10.350/94; considerando as disposições do Decreto*  
511 *Estadual nº 37.034/96, que regulamenta o art. 18 da Lei Estadual 10.350/94, no que tange à*  
512 *indicação da composição dos membros de cada comitê, bem como as normas básicas de*  
513 *orientação e de elaboração do respectivo regimento interno; considerando que os Comitês*  
514 *de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica têm a função de “congregar os representantes de*  
515 *usuários de água, da população de uma bacia hidrográfica e de órgãos da administração*  
516 *direta federal e estadual atuantes na região, que estejam relacionados com os recursos*  
517 *hídricos”; considerando a ata da 69ª Reunião Ordinária do CRH, quanto à definição*  
518 *referente a representatividade dos cargos de Presidente e Vice-presidente dos Comitês de*  
519 *Bacia; considerando a recorrência de situações em que Presidentes ou Vice-Presidentes de*  
520 *Comitês de Bacia têm revogado o poder de representação da entidade ou instituição que*  
521 *representam no âmbito do Comitê. Resolve: Art. 1º - Membro de um Comitê de Bacia é a*  
522 *instituição ou organismo que tem assento no Comitê de Bacia e representante de um*  
523 *membro é a pessoa que por esse for credenciada. Parágrafo §1º – As pessoas físicas*  
524 *credenciadas pelas instituições ou organismos devem possuir poderes de representação*  
525 *vigentes para o exercício da representação indicada no caput. Parágrafo §2º - O exercício*  
526 *dos cargos de Presidente e Vice-Presidente de Comitê de Bacia Hidrográfica requer a*  
527 *vigência, por todo o período de mandato, do poder de representação da instituição ou*  
528 *organismo que lhe credenciou à época da eleição. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor*  
529 *na data de sua publicação. Presidente Thiago Krebs colocou em votação a minuta de*  
530 *resolução. Aprovada. Agora passemos a leitura da recomendação: Considerando que é*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

531 *diretriz da Política Estadual de Recursos Hídricos a “participação comunitária através da*  
532 *criação de Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas congregando usuários de*  
533 *água e representantes políticos e de entidades atuantes na respectiva bacia”, nos termos do*  
534 *art. 4º da Lei Estadual 10.350/94; Aqui os considerandos são idênticos? Só os dois últimos*  
535 *que diferenciam e vamos passar diretamente: Considerando que na 69ª Reunião Ordinária*  
536 *do CRH-RS de 12 de dezembro de 2012 restou definido, pelos Conselheiros presentes no*  
537 *sentido de que aquelas pessoas físicas que não disponham de plenos poderes de*  
538 *representação dos órgãos e entidades de origem não poderão atuar no âmbito dos Comitês*  
539 *de Bacia, ainda que detenham a condição de Presidentes ou Vice-presidentes e que,*  
540 *portanto, para manter suas funções, devem estar representando uma entidade membro do*  
541 *comitê; Considerando que na 69ª Reunião Ordinária do CRH-RS de 12 de dezembro de*  
542 *2012, após pareceres da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e Institucionais do CRH-RS*  
543 *restou definido, pelos Conselheiros presentes o encaminhamento de Recomendação aos*  
544 *Comitês de Bacia quanto aos procedimentos no caso da existência de Presidentes ou Vice-*  
545 *Presidentes sem poderes de representação da entidade membro. Assim recomenda: 1º -*  
546 *Aos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica que incluam em seus regimentos*  
547 *internos previsão de sucessão, por meio de eleição, dos cargos de Presidente ou Vice-*  
548 *Presidente no caso em que esses passem a não dispor de plenos poderes de representação*  
549 *dos órgãos ou entidades de origem, com vistas à adequada substituição de tais cargos e a*  
550 *fim de se evitar prejuízo ao desempenho dos trabalhos do Comitê. Alguém tem alguma*  
551 *colocação? **Adilson Steffens:** eu passei por um processo semelhante em 2003. Eu*  
552 *representava uma entidade, essa entidade sentia que eu não a representava mais na época,*  
553 *ela me excluiu e eu passei imediatamente a representar outra entidade. Nesse caso também*  
554 *há a destituição? Como fica nesse caso? É eleita a instituição e o membro? Um fica atrelado*  
555 *ao outro, se um deles não representa mais, mesmo que ele continue sendo membro,*  
556 *representando outra entidade, ele perde o mandato. **Presidente Thiago Krebs:** essa*  
557 *discussão já aconteceu aqui neste conselho, mas a resolução que acabamos de aprovar é*  
558 *quase uma cópia da lei, que informa claramente que membro de comitê de bacia é a*  
559 *instituição. Então a eleição entre os seus membros, é a eleição de instituições. Obviamente*  
560 *sabemos e por isso inclusive a recomendação aqui, que muitas vezes por mais que tu*  
561 *estejas votando na instituição, têm particularidades, afinidades, razão pela qual este*  
562 *conselho definiu a autonomia dos comitês, pra fins de fazer uma nova eleição ou a forma*  
563 *que ele perde essa representatividade. Entretanto a eleição como membro é da instituição.*  
564 **Luis Pérsigo:** tu colocaste no início da reunião uma situação que fica diferente de um  
565 *recomendo, recomenda a eleição e, no início foi colocado a eleição ou a substituição pelo*  
566 *vice-presidente, não foi isso falado? Ou outro detalhe que agora não me recordo, mas vai*  
567 *ficar somente a eleição, também abre parênteses pra isso. **Presidente Thiago Krebs:** Aqui*  
568 *é um impasse que o conselho pode deliberar, eu particularmente acho que não há*  
569 *necessidade de se identificar como uma nova eleição. Se por ventura e aí cabe claro a*  
570 *autonomia dos representantes do comitê identificar se, por exemplo, que como a eleição é*  
571 *de um membro de instituição, então saída a pessoa que representa a secretaria e entra*  
572 *outra pessoa, se o comitê achar que essa nova pessoa segue como presidente, for*  
573 *presidente da instituição, é desnecessário de fato constar por eleição. Isso também cabe ao*  
574 *conselho ver. Cada comitê se organiza na forma de sucessão como lhe convier, desde que*  
575 *tenha a consciência que a legislação não permite a eleição da pessoa e sim da instituição.*  
576 *Vamos ao ponto de destaque: é mantida a expressão, por meio de eleição, ou não se*  
577 *comenta nada. Quem acha que deve ser mantido, por meio de eleição, por favor, levante o*  
578 *crachá. **Daniel Schmitz:** Thiago, só clarear um pouquinho mais, proceder ao meio de*  
579 *eleição para substituição do cargo...(inaudível). **Thiago Krebs:** o que estamos tratando aqui*  
580 *é, no caso que haja perda de representação pelo presidente eleito, esta perda de*  
581 *representação faz automaticamente com que a pessoa física perca a condição de poder ser*  
582 *presidente. Como os comitês devem se comportar nessa vacância, ao ver do conselho, com*  
583 *autonomia. Mas essa autonomia, ela seria por nova eleição e já fica definido aqui e os*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 comitês simplesmente regram como seria essa nova eleição ou eles regram a vacância  
585 como lhes convir, independente de ser por eleição ou não. **Daniel Schmitz:** os regimentos  
586 internos não deliberam sobre isso? **Thiago Krebs:** nem todos, deveriam, razão pela qual  
587 nós, enquanto conselho, não temos como obrigar os comitês a votar isso nos seus  
588 regimentos, razão pela qual nós deliberamos na última reunião fazer essa recomendação  
589 que os regimentos internos prevejam. Então o CRH faz uma recomendação a todos os  
590 comitês, que incluam essa previsibilidade no regimento interno. Os que por ventura já  
591 preveem, obviamente não precisam seguir a recomendação porque já está previsto, agora  
592 os comitês que não teriam, nós recomendamos que façam. **Luis Persigo:** concordo com o  
593 Daniel, não consigo ver clareza nisso, o que eu quero que os senhores entendam é o  
594 seguinte: é lá na ponta, se chega *recomenda nova eleição*, só podemos entender que é uma  
595 nova eleição e não a possibilidade de substituição pelo vice, como alguns estatutos tem,  
596 como é o caso do meu. O *recomendo* é só uma questão de entendimento. **Secretário**  
597 **Executivo Lourenço Corrêa:** só pra esclarecer um pouco a situação que foi colocada na  
598 reunião de dezembro de 2012; foi o caso de se ocorrer uma eleição imediata deste  
599 representante da entidade e que haja troca, acho que é uma situação que aplica a  
600 recomendação. Se existe um período muito grande de vacância de presidente e vice-  
601 presidente seria necessário uma eleição, agora se faltam dois meses para o término  
602 daquele mandato de presidente e vice-presidente, aí não seria necessário, o comitê tomaria  
603 essa decisão, por isso ficou a cargo do comitê. Pelo que eu me recordo da última reunião foi  
604 isso, por isso a recomendação. **Thiago Krebs:** na verdade é que a gente já deliberou sobre  
605 isso, a autonomia é de cada comitê. De passado a gente tem exemplos inúmeros de  
606 instituições, de formas de votação, muitas vezes passado meio mandato se tem um  
607 comportamento, não passado, outro, mas enfim, o que me parece importante é o  
608 regramento por parte dos comitês. Eu, particularmente, acho que a combinação de tirar por  
609 meio de eleição e deixar completamente livre a escolha dos comitês, a forma com que farão  
610 a vacância neste caso, é de livre escolha dos comitês, não há problema nenhum. De fato  
611 está aqui na minuta, é algo que nós temos que deliberar. **Daniel Schmitz:** talvez a questão  
612 seja vasta, no lugar de *por meio de eleição*, fosse colocado *atendendo ao regimento interno*  
613 *dos comitês e no caso de não haver regimento interno procedimento de eleição*. Mas se  
614 está no regimento interno obrigatoriamente você tem que chamar esse procedimento.  
615 **Thiago Krebs:** eu vou fazer a leitura de como seria excluindo-se: *aos comitês de*  
616 *gerenciamento de bacias hidrográficas, que incluam em seus regimentos internos previsão*  
617 *de sucessão dos cargos de presidente e vice-presidente, no caso de que estes passem a*  
618 *não dispor de plenos poderes de representação*. Essa seria a proposta de alteração.  
619 Aprovado. Então já podemos fazer a alteração agora excluindo-se o aposto *por meio de*  
620 *eleição*. E terminando a leitura do artigo *aos comitês de gerenciamento que incluem em seu*  
621 *regimento interno a previsão de sucessão dos cargos de presidente e vice-presidente, no*  
622 *caso de que eles passem a não dispor de plenos poderes de representação dos órgãos ou*  
623 *entidade de origem, com vistas a adequada substituição de tais cargos e a fim de se evitar*  
624 *prejuízos aos desempenhos dos trabalhos do comitê*. Quem aprova essa recomendação  
625 com as alterações já efetuadas e tem ali os apontamentos de 2013, bem como o aposto.  
626 **Daniel Schmitz:** isso vai trazer os regimentos pra cá de novo. **Thiago Krebs:** os que por  
627 ventura tenham que ser alterados, os que já tenham uma previsibilidade, no caso de  
628 vacância, não precisa passar. Se por ventura não tem e o comitê achar que deve seguir a  
629 recomendação, ele deve passar por aqui de novo. Presidente Thiago colocou em votação.  
630 Aprovado. Aprovada a minuta de resolução e a minuta de recomendação com as alterações  
631 apontadas pelos conselheiros. **Item 03 – Assuntos Gerais - Espaço para relato das**  
632 **Câmaras Técnicas do CRH/RS – Ivo Mello:** até hoje de manhã eu era vice-presidente da  
633 CTU, segundo nossa assessora nós cumprimos exatamente o que está previsto, fizemos  
634 nova eleição e eu assumi a presidência da referida câmara. E como tal a gente vem aqui  
635 trazer a notícia de que nós discutimos hoje na nossa agenda, está agendado na nossa  
636 pauta e informar também aos companheiros que o Adilson Steffens do comitê Turvo-Santa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

637 Rosa-Santo Cristo, é o nosso novo vice-presidente da CTU. Nós discutimos hoje, com pauta  
638 pré-estabelecida, aquele documento usado de proposta de pacto para os passos que são,  
639 vamos dizer assim sugeridos pela ANA, depois de várias reuniões que nós tivemos,  
640 juntamente com o DRH do Rio Grande do Sul, SEMA; o Departamento de Recursos  
641 Hídricos de Santa Catarina. Nós avaliamos esses documentos e ele foi aprovado com as  
642 modificações que foram agregadas ao longo do processo de discussão, já tivemos várias  
643 reuniões pra isso e vamos encaminhar mediante ofício pra que o CRH tome conhecimento  
644 do que foi já discutido amplamente nas reuniões que foram organizadas junto com a ANA e  
645 o departamento de recursos hídricos de Santa Catarina, pra que a gente possa dentro da  
646 sequência da formação do comitê de bacia da região do Uruguai, com essa parceria entre  
647 os dois órgãos gestores estaduais e a ANA, para que a gente possa dar seguimento nesse  
648 assunto, que vai depender bastante de vários temas, que são decisões que o nosso Estado  
649 tem que tomar e que a CTU simplesmente ela sugere, ela aprovou uma sugestão, não  
650 temos nada, não são coisas empurradas, inclusive o técnico Rafael, do DRH, presente hoje  
651 na reunião, ele inclusive insistiu bastante que a gente fizesse dessa forma. Nós  
652 encaminhamos pro Conselho, o Diretor e a sua equipe avalia e se a gente achar que tem  
653 algumas coisas que ainda não estão bem encaminhadas, então podemos retornar a avaliar  
654 novamente esses documentos. Mas dentro daquilo que nós propusemos, dentro da agenda  
655 traçada com a ANA e os dois órgãos gestores, nós vamos, entregando ao conselho essa  
656 proposta pra que ele dê o encaminhamento, os próximos passos. Também junto com isso  
657 está quase finalizado o documento que fala, bem a área da Elaine, que é caracterização  
658 física, geográfica, social e econômica, ele é bem simples, um documento frio, sem  
659 interpretação, simplesmente uma caracterização pra que a gente possa justificar as várias  
660 vagas do futuro comitê federal. Então isso também está em fase final, através de duas  
661 secretárias executivas que coordenam essas metas, a do Turvo e a do Ibicuí, juntamente  
662 com o DRH, o Rafael tem feito esse processo. Não lembro agora, mas vai estar escrito na  
663 nossa ata, o prazo pra consolidar esse documento frio de uso numérico. Por último então,  
664 nós informamos que vamos entrar em contato agora com o pessoal de Santa Catarina, pra  
665 que a gente marque uma próxima reunião. E queremos informar aqui ao conselho e ao  
666 Secretário que de certa forma a gente tem trabalhado isso aí de uma forma, digamos assim,  
667 que os comitês, os órgãos gestores e a ANA, tem trabalhado de uma forma parceira, mas  
668 nós temos o GT Águas do Ministério Público Federal, já há mais de três anos empurrando,  
669 cutucando de vara curta, as nossas instituições e comitês de bacia pra que isso tenha mais  
670 velocidade e inclusive nós estávamos comprometidos com o Ministério Público Federal, em  
671 São Miguel do Oeste, pra que essa reunião que nós vamos programar a partir de agora, ela  
672 fosse realizada agora no final de fevereiro. Mas exatamente pelo fato de que a gente não  
673 tinha conseguido dar esse passo importante, de trazer ao conhecimento do CRH nosso e  
674 Santa Catarina também se deu conta disso, então nós fizemos primeiro esse passo, dando  
675 conhecimento ao Conselho, pra agora nós cumprirmos com o Ministério Público Federal,  
676 que está sediado em São Miguel do Oeste, nós vamos fazer o próximo passo,  
677 provavelmente vamos ter uma reunião de composição, pra ver como se dará a formação do  
678 Comitê do Rio Uruguai. **Arno Kaiser:** acho importante que seja feito esse registro aqui no  
679 CRH; essa semana no dia 17 de março, o primeiro comitê do Brasil, o comitê Sinos,  
680 completa 25 anos, uma data que faz a gente pensar, fruto de um esforço da sociedade do  
681 Vale dos Sinos, respondendo a muitos problemas de nosso querido Rio dos Sinos. O comitê  
682 de bacia que serviu de base para o sistema estadual, como um grande laboratório e  
683 posteriormente um laboratório para o sistema nacional. Então é uma data que faz a gente  
684 pensar, ela tem que ser celebrada, mas também questionar porque a sociedade gaúcha  
685 ainda não fez pressão, para que a gente tenha domínio sobre a gestão das nossas águas,  
686 como realmente os fatos mostram que a gente precisa ter. Porque a gente tem *n* problemas  
687 dentro do Estado, a nossa economia, os dados do PIB, mostrando que estamos seriamente  
688 afetados por falta d'água, ou seja, por falta de gestão da água, não é porque não choveu  
689 direito, é porque a gente não tem sabido administrar essa questão, com a seriedade que ela



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

690 merece. Então eu acho que é uma coisa que a gente tem ainda que evoluir, quando tem  
691 uma data dessas a gente tem que parar pra pensar. Por isso achei importante fazer esse  
692 registro, pra que fique contado pra história. **Thiago Krebs:** Só uma comunicação aos  
693 católicos mais curiosos, já há Papa para a Igreja Católica, é o argentino Jorge Mario  
694 Bergoglio. **Paulo Robinson Samuel:** Gostaria de cumprimentar o comitê Sinos, pelos 25  
695 anos que está fazendo agora em março e registrar também que o comitê Gravataí fez 24  
696 anos, em fevereiro foi a criação e agora oficialmente em março e dizer também que o  
697 Vaticano está sendo mais eficiente que nós, que em dois dias, ou três, elegeram seu Papa e  
698 nós há quase vinte anos não conseguimos fazer com que a política de recursos hídricos  
699 fosse instituída totalmente no Estado. Então diante disso, Secretário, a eficiência das suas  
700 câmaras técnicas, da secretaria, em trabalhar as minutas, Mas eu gostaria também de dizer  
701 que a secretaria deve ser mais eficiente em alguns trâmites burocráticos, pra fazer com que  
702 os processos, principalmente os processos de manutenção dos comitês fossem a frente O  
703 nosso faz mais de cinco anos que está na burocracia do estado, na sua secretaria. Então  
704 gostaria que olhasse não só o nosso, mas de todos os comitês. A ABES nos mantém, todas  
705 as nossas circulações, as nossas idas nos encontros nacionais com o dinheiro da  
706 associação. Então eu gostaria que o estado fosse mais eficiente nas suas revisões  
707 institucionais pra fazer com que os planos de manutenção do estado fossem liberados.  
708 Também gostaria de informar que no dia 24 de outubro, se não me falha a memória, temos  
709 a Conferência Nacional do Meio Ambiente e gostaria de saber quem é a pessoa na  
710 secretaria que vai comandar esse processo, porque nós tivemos um desafio dentro do  
711 comitê Gravataí e nós aceitamos o desafio do comitê Gravataí, da região, de nós junto com  
712 Estado tocarmos em frente a Conferência do Meio Ambiente, na região da bacia hidrográfica  
713 do Gravataí. Então eu gostaria que nos momentos das reuniões fossemos chamados,  
714 convidados pra participar do grupo. **Ivo Mello:** Paulo tu não errou de conselho? Não está no  
715 conselho errado? **Paulo Robinson Samuel:** não, eu estou aqui, porque o Presidente do  
716 Conselho é o Secretário de Meio Ambiente, então as conferências do meio ambiente, elas  
717 fazem parte de toda sociedade, inclusive os comitês de bacia. O meio ambiente tem  
718 interface com os recursos hídricos, com a saúde, com o saneamento, com a irrigação, com  
719 a agricultura, então por isso eu trago essa solicitação. **Presidente Thiago Krebs:**  
720 primeiramente respondendo a sugestão da secretaria quanto aos recursos hídricos.  
721 Primeiramente eu gostaria de aqui não só agradecer ao nosso diretor, mas todos os  
722 funcionários do DRH e dizer que eu tenho muito orgulho da atual gestão da secretaria do  
723 meio ambiente tem feito com o departamento de recursos hídricos. Há uma demanda de  
724 atraso histórica no departamento, há uma falta de funcionários histórica no departamento e  
725 mesmo assim nós obtivemos aí, junto a gestão do atual governo uma contratação  
726 emergencial, que está em processo de renovação agora, que vem junto com a  
727 obrigatoriedade nessa contratação emergencial, com a feição de concurso público e  
728 também estamos aí com um processo acelerado de reelaboração de planos de comitês de  
729 bacia. Eu acho que de fato a nossa gestão dentro do departamento, por mais que ainda  
730 tenha falhas, por mais que nós comemoremos realizações que já deviam ter sido feitas a  
731 seis, sete anos, mas são coisas que estão atrasadas, devem ser feitas e obviamente  
732 nenhuma gestão agrada a todos. Mas eu como secretário estou muito feliz com o trabalho  
733 que o departamento anda fazendo. Quanto à questão das políticas do Vaticano, acho que  
734 até que elas são um pouco mais atrasadas que a nossa. Quanto à realização do congresso  
735 estadual de meio ambiente, ele está sendo elaborado pelo chefe de gabinete da secretaria,  
736 Fabrício Loguércio, que comanda algum de grupo de trabalho publicado por portaria dentro  
737 da secretaria. **Elaine Santos:** eu gostaria de aproveitar esse momento e convidar a todos, já  
738 fizemos o convite através do e-mail, dia 22 de março nós vamos comemorar o dia mundial  
739 da água. Então a gente vai ter o maior prazer em inaugurar o ciclo de diálogos de 2013, do  
740 Departamento de Recursos Hídricos/SEMA. Essa é mais uma inovação que a gente  
741 conseguiu e a temática desse ano todo, a gente pretende fazer pelo menos mais dois  
742 encontros, o primeiro encontro vai acontecer em função do dia nacional da água. A grande



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

743 temática vai ser justamente a vulnerabilidade climática. O primeiro encontro o tema vai ser  
744 sobre as inundações, temos dois expoentes que vão tratar sobre isso, que é a Dra. Tania  
745 Sausen, que é do Geodesastres do INPE, Santa Maria, ela vem falar sobre os processos de  
746 monitoramento, de alerta que existem, com referência a esses eventos hidrológicos  
747 extremos e o professor Carlos André Bulhões Mendes, do Instituto de Pesquisas  
748 Hidráulicas, que também vai dar uma contribuição bastante importante. Então estão todos  
749 convidados. **Daniel Schmitz:** o Fórum Gaúcho de Comitês junto com o Fórum Nacional  
750 Comitês de Bacias Hidrográficas, no encontro nacional de comitês em Cuiabá fez uma  
751 moção de encaminhamento aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e no Conselho  
752 Nacional de Recursos Hídricos pra que os planos de bacia tivessem dentro do seu escopo  
753 ou ao seu lado, num diálogo de entendimento de caracterização, o planejamento de eventos  
754 extremos. Então é essa a solicitação, que isso seja construído dentro do Rio Grande do Sul,  
755 a gente fez um encaminhamento e fiquei muito contente de ver a data de 22 de março,  
756 como um momento de se começar a conversar sobre isso. Começar a conversar não, isso é  
757 um assunto que já vem sendo bastante discutido, mas é importante entrar na pauta que  
758 essa é uma reivindicação dos comitês, então já a nível nacional, que eventos extremos  
759 esteja dentro dos processos de planejamentos. Comitê Taquari-Antas um dos nove comitês  
760 de bacia da região hidrográfica do Guaíba. Que bom ver a região hidrográfica do Uruguai na  
761 sua organização da Câmara Técnica. Na região hidrográfica do Guaíba nós estamos  
762 relativamente parados com esse processo. E hoje, vamos chamar assim, acéfalos, porque  
763 nosso presidente era o Maurício Colombo, eu sou vice-presidente e eu gostaria de deixar  
764 esse relato de uma certa angústia que nós estamos tendo de criarmos demandas para a  
765 região hidrográfica do Guaíba retomar seu processo de discussão, de construção,  
766 juntamente com o Governo, relativo aos trabalhos desenvolvidos sobre a implantação da  
767 Agência da região hidrográfica do Guaíba. Então fica o registro, eu não sei se na secretaria  
768 essa demanda da agenda dessa nossa reunião da CTG acontece pela secretaria do  
769 conselho, eu acredito que seja por aí o formato pra que se dê essa continuidade de  
770 estruturar e discutirmos na reunião do Guaíba essa construção. Ao que diz respeito aos dois  
771 encontros, o encontro estadual de comitê de bacias hidrográficas e o encontro nacional de  
772 bacias hidrográficas, a definição das datas estão sendo elaboradas e pautadas por esta  
773 agenda, deverão ser a partir da semana que vem, num colegiado coordenador do Fórum  
774 Nacional, definidos essas datas, principalmente do encontro nacional. Nos dias 13 e 14 de  
775 junho o encontro estadual e nos dias 14 a 18 de outubro o encontro nacional de comitês de  
776 bacias em Porto Alegre. Então é um processo de articulação de governo com os comitês de  
777 bacia, que está sendo construído e vai ser um momento bastante importante pra que esses  
778 temas de gestão de recursos hídricos possam ser amadurecidos, até alavancados na  
779 expectativa de implantação do sistema como um todo. Presidente Thiago Krebs encerrou a  
780 reunião e eu, Carmem Lúcia Silveira da Silva, Secretária Executiva Adjunta do CRH/RS  
781 lavro esta ata.